

**DA: ASSESSORIA JURÍDICA**  
**PARA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**  
**OBJETO: ANÁLISE DE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇO N° 001/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO n°. 013.0001823/2023**

**PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO**

Trata-se de procedimento Licitatório na Modalidade **TOMADA DE PREÇO**, tipo Menor Preço Valor Global, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MATIAS, NO POVOADO MANOEL MATIAS, NO MUNICÍPIO DE GUADALUPE-PI.**

Compulsando os autos e considerando o nível de complexidade do serviço, entendo que in casu há um conjunto de elementos necessários e suficientes para bem caracterizar o objeto da licitação, tendo em vista o artigo 7º, I e II, da Lei nº 8.666/93.

Estabelece o artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, que as minutas de editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração. Confeccionado o Edital, também restaram elaborados os termos, anexos e juntadas as documentações afins, documentação esta que fora ainda analisada no Parecer Prévio, tendo sido aparentemente satisfeitas, todas as exigências para o prosseguimento do certame.

Concluída a sessão de abertura dos envelopes de documentação e proposta de preços, o procedimento licitatório foi encaminhado a esta procuradoria jurídica para emissão do parecer jurídico conclusivo.

O processo conta até aqui devidamente numerado e rubricado.

**Cumprе destacar que o presente parecer versa exclusivamente sobre o aspecto legal do processo, sem adentrar a conveniência da licitação e seus objetos.**

Como já mencionado esta Assessoria Jurídica já se manifestou nos autos por meio do Parecer Jurídico, opinando pela regularidade da minuta do edital e da minuta do contrato, bem quanto aos aspectos da fase interna da Tomada de Preços em tela pois constatamos o referido edital em absoluto respeito à Lei Federal nº 8.666/93, quanto às normas e princípios que regem a matéria.



Depreende-se dos autos que o Município pretende contratar, mediante a modalidade de Tomada de Preço do tipo Menor Preço Valor Global, empresa especializada para - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MATIAS, NO POVOADO MANOEL MATIAS, NO MUNICÍPIO DE GUADALUPE-PI**, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. Inicialmente, há que se analisar se a licitação poderá ou não ser efetuada pela modalidade escolhida, a saber, a Tomada de Preços.

Considera-se oportuno o esclarecimento no sentido de que essa modalidade de licitação, Tomada de Preços, tem por objetivo levar a efeito o certame, com fundamento no § 2º, do art. 22, bem como a alínea "b" do art. 23 ambos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que assim dispõem:

Art.22. São modalidades de licitação:

( ... )

II - tomada de preços;

( ... )

( ... )

( ... )

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

( ... )

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

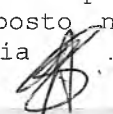
( ... )

b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

( ... ).

A modalidade Tomada de Preços, que pode ser aplicada no caso em pauta, pois há autorização legal prevista no art. 23, I, b da Lei nº 8.666, de 1993, enquadrando-se esta modalidade no critério da anualidade orçamentária do planejamento das despesas públicas, considerando investimentos desta municipalidade em despesas desta natureza no exercício financeiro corrente.

Ainda sobre o normativo de regência, cabe trazer à baila os dispositivos inerentes ao pretendido certame:

Art.7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência 

- I - projeto básico;
- II - projeto executivo;
- III - execução das obras e serviços.
- ( ... )

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

- I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;
- II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- ( ... )

Art. 8º A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

Parágrafo único. É proibido o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade a que se refere o art. 26 desta Lei

Art. 10. As obras e serviços poderão ser executados nas seguintes formas:

- ( ... )
- II - execução indireta, nos seguintes regimes:
  - a) empreitada por preço global;
  - ( ... )

Art. 12. Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos:

- I - segurança;
- II - funcionalidade e adequação ao interesse público;
- III - economia na execução, conservação e operação;
- IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;
- V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;
- VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- VII - impacto ambiental.

O presente certame teve sua divulgação realizada através de publicação no Diário Oficial dos Municípios (edição do dia 22/03/2023), Jornal Meio Norte (edição do dia 22/03/2023) no site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (LICITAÇÕESWEB) e mural desta Prefeitura, tendo como data marcada para sua abertura o dia 11/04/2023, respeitando, portanto, dentro do prazo legal estabelecido para este tipo de procedimento.

Conforme se extrai da ata de realização do presente procedimento licitatório, no endereço, data e hora marcadas para abertura do procedimento, o Presidente abriu a Sessão Pública em atendimento às condições contidas no edital, onde compareceram diversas empresas:

1. CONSTRUTORA F SANTOS - ME, CNPJ N° 45.617.399/0001-92;
2. FOS EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ N° 11.453.310/0001-88
3. CBK CONSTRUTORA, CNPJ N° 42.192.290/0001-62
4. LUSTOSA CONSTRUTORA, CNPJ N° 02.664.140/0001-90;
5. J.A.C SÁ EIRELI, CNPJ N° 17.257.344./0001-83;
6. KD PEREIRA CONSTRUTORA, CNPJ N° 42.244.460/0001-05;
7. R7 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, CNPJ N° 34.264.393/0001-62;
8. CONSTRUTORA PLENNUS LTDA, CNPJ N° 19.562.853/0001-45;
9. NATUS SERVIÇOS E LOCAÇÃO, CNPJ N° 30.962.822/0001-14;
10. JW CONSTRUÇÕES, CNPJ N° 08.672.027/0001-32

Destaca-se que foram recebidos pela Comissão Permanente de Licitação a documentação de credenciamento das empresas e dos seus representantes legais presentes e os envelopes contendo Documentação de Habilitação e Proposta Comercial que estavam lacrados e devidamente rubricados por seus representantes legais e demais presentes.

Na fase de credenciamento as empresas 1. CONSTRUTORA F SANTOS - ME, CNPJ N° 45.617.399/0001-92, LUSTOSA CONSTRUTORA, CNPJ N° 02.664.140/0001-90, J.A.C SÁ EIRELI, CNPJ N° 17.257.344./0001-83, KD PEREIRA CONSTRUTORA, CNPJ N° 42.244.460/0001-05 e R7 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, CNPJ N° 34.264.393/0001-62 credenciaram seus representantes.

As empresas FOS EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ N° 11.453.310/0001-88, CBK CONSTRUTORA, CNPJ N° 42.192.290/0001-62, CONSTRUTORA PLENNUS LTDA, CNPJ N° 19.562.853/0001-45, NATUS SERVIÇOS E LOCAÇÃO, CNPJ N° 30.962.822/0001-14, JW CONSTRUÇÕES, CNPJ N° 08.672.027/0001-32, protocolaram apenas envelopes de habilitação e propostas, não credenciando seus representantes.

Após a fase de credenciamento, passou-se a análise da Documentação de Habilitação das empresas licitantes com a respectiva abertura do Envelope n° 01 contendo a documentação de habilitação de cada empresa participante. Inicialmente aberto os envelopes na primeira sessão, na qual toda a documentação foi rubricada e assinada por todos os presentes.

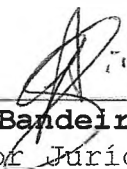
Redesignada nova data para continuidade, a comissão procedeu com a análise da documentação de habilitação das empresas.

Após deliberação dos membros da Comissão de Licitação do Município, restou definido que as empresas 4. LUSTOSA CONSTRUTORA, CNPJ N° 02.664.140/0001-90; 5. J.A.C SÁ EIRELI, CNPJ N° 17.257.344./0001-83; 6. KD PEREIRA CONSTRUTORA, CNPJ N° 42.244.460/0001-05; 7. R7 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, CNPJ N° 34.264.393/0001-62; 8. CONSTRUTORA PLENNUS LTDA, CNPJ N° 19.562.853/0001-45; 9. NATUS SERVIÇOS E LOCAÇÃO, CNPJ N° 30.962.822/0001-14; 10. JW CONSTRUÇÕES, CNPJ N° 08.672.027/0001-32, cumpriram plenamente ao disposto no edital, oportunidade em que ficaram habilitadas para a fase seguinte.

Quanto as empresas:

1. CONSTRUTORA F SANTOS - ME, CNPJ N° 45.617.399/0001-92, a mesma descumpriu os itens 6.2.5.3, , 6.2.4 e 6.2.5. ;
2. FOS EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ N° 11.453.310/0001-88, a mesma deixou de atender ao item 6.2.4.1.1.6 vez que deixou de apresentar a Comprovação de prestação de garantia para manutenção da proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, com validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de apresentação das propostas em uma das modalidades: em dinheiro (espécie ou cheque administrativo), seguro garantia, fiança bancária e títulos da Dívida Pública, este último, devendo criteriosamente se dar na forma do Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93;
3. Quanto a CBK CONSTRUTORA, CNPJ N° 42.192.290/0001-62, a mesma deixou de atender ao item 6.2.4.1.1.6 vez que deixou de apresentar a Comprovação de prestação de garantia para manutenção da proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, com validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de apresentação das propostas em uma das modalidades: em dinheiro (espécie ou cheque administrativo), seguro garantia, fiança bancária e títulos da Dívida Pública, este último, devendo criteriosamente se dar na forma do Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93, vez que apresentou seguro-garantia com valor de R\$ 4.784,85, inferior ao percentual estabelecido no edital;

Guadalupe (PI), 24 de maio de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. João Alberto Bandeira Arnaud Filho**  
Assessor Jurídico  
Advogado OAB/PI 11.725